

CORPOREIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ALGUMAS APROXIMAÇÕES

CORPOREALITY AND ENVIRONMENTAL EDUCATION: SOME APPROACHES

Cássia Regina Graciotto Melchiorretto¹
Christiano Nogueira²

Resumo

Na atualidade, a relação do ser humano com a natureza está pautada por uma dinâmica mercantil que visa cada vez mais o lucro em nome do almejado crescimento e desenvolvimento econômico, caracterizado pelo modelo de produção vigente. O presente artigo, tem como objetivo refletir a respeito dessa relação do ser humano com a natureza e, a partir de pesquisas bibliográficas que abordem o tema, refletir sobre o papel da Educação Ambiental na construção de uma nova relação e da corporeidade nesse processo educativo. A Educação Ambiental constitui um processo de formação importante não apenas para entender a relação do ser humano com a natureza e com o meio ambiente, mas principalmente como espaço para transformação com uma reflexão consciente e sensibilizada dos problemas ambientais e da responsabilidade do ser humano. Compreendemos o corpo com uma centralidade para a construção dessa Educação Ambiental.

Palavras-chave: Natureza; Meio Ambiente; Corpo.

Abstract

Currently, the relationship between humans with the nature is guided on commercial dynamic aim each time more and more profit on behalf of desired expansion and economic development, characterized by current production model. This Article has as purpose, to represent with respect as regards relationship of the human being with nature and as of bibliographic references researches approach the main topic, reflect on the role the Environmental Education the conception of a new connection and corporeality educational process. The Environmental Education establish important process of formation not only from to understand regard relationship of the human being with environment but chiefly as place of transformation like aware reflection and sensitized with environmental issues and the responsibility of the human. We understand the body like a centrality for the construction of this Environmental Education.

Keywords: Nature; Environment; Body.

Artigo Original: Recebido em 11/10/2019 – Aprovado em 20/12/2019

¹ Programa de Pós Graduação em Ensino das Ciências Ambientais (PROCIAMB), Universidade Federal do Paraná. e-mail: cgraciotto@hotmail.com (autor correspondente)

² Programa de Pós Graduação em Ensino das Ciências Ambientais (PROCIAMB), Universidade Federal do Paraná. e-mail: christiano@ufpr.br

1 Introdução

A natureza vem sendo historicamente transformada pelo ser humano, e esse processo de transformação tem sido pautado por relações de exploração dos recursos naturais em nome do progresso e do poder. O modo como o ser humano vem se relacionando com a natureza tem ocasionado uma série de problemas ambientais: desmatamento, problemas climáticos, efeito estufa, aquecimento global, poluição das águas e do solo, erosão, espécies em extinção, entre outros.

Todo esse processo de degradação ambiental ocasionou uma crescente preocupação com a necessidade de resolvermos as problemáticas ambientais. No entanto, ainda percebemos uma postura ingênua do ser humano frente a natureza, e atitudes irrefletidas e inconsequentes, ora antiéticas, ora despreocupadas, com relação ao meio ambiente. A Educação Ambiental (EA) pode, então, contribuir no conhecimento sobre a natureza e os reflexos da ação do ser humano sobre ela, colaborando com a formação de uma consciência ecológica, incluindo maneiras de pensar, sentir, agir e interagir com a natureza. Nesse sentido, percebemos que a busca pela resolução das problemáticas ambientais trouxe grande relevância na temática de EA, e esse tema vem ocupando seu espaço na sociedade, nas escolas e mais especificamente nos currículos escolares.

Como primeiro passo para o desenvolvimento deste estudo, realizamos um levantamento bibliográfico preliminar (GIL, 2017) de livros, teses e artigos científicos sobre os temas natureza, educação ambiental e educação, com a finalidade de montar uma relação entre os temas que pudesse nos dar suporte no processo de reflexão. A partir da leitura e reflexão deste material, verificou-se pesquisas que abordam questões de aproximação da natureza com o corpo, no entanto, percebemos a escassez de pesquisas relacionadas a EA e corporeidade. Portanto, compreendendo a EA como um instrumento de transformação social essencial para a discussão, em diferentes âmbitos e contextos, das questões ambientais, esse artigo propõe-se a discutir a corporeidade como parte do processo da EA.

Nesse sentido, buscamos primeiramente compreender as relações entre sociedade e natureza, no contexto do modo de produção vigente, pois esta

relação diz respeito às formas pelas quais a sociedade se apropria dos recursos da natureza, que transformam o meio natural, originando as problemáticas ambientais, que deram a relevância da EA na prática educativa. Em seguida, abordaremos a relação do corpo com o meio ambiente e a formação da corporeidade, pois compreendemos que a educação ocorre através das experiências vivenciadas por meio das relações e das percepções do próprio corpo e, no âmbito da EA essas experiências vivenciadas pelo corpo referem-se ao estilo de vida adotado e os impactos dessas escolhas em nossa corporeidade. Concluímos discutindo sobre a EA e como a construção da corporeidade nas relações e interações que estabelecemos com o outro e com o meio, possibilita a reflexão de novas atitudes e comportamentos com responsabilidade ecológica e como forma de reconexão do ser humano com a natureza.

2 As relações sociedade e natureza

Na atualidade, a relação do ser humano com a natureza está pautada por uma dinâmica mercantil que visa cada vez mais o lucro em nome do almejado crescimento e desenvolvimento econômico, caracterizado pelo modelo de produção vigente.

Várias tem sido as discussões críticas sobre uma grande crise ambiental que se acirra envolvendo o sistema econômico, a sociedade e a natureza, que denunciaram que essa relação mercantil vem causando degradações ambientais globais, caracterizadas pela apropriação contínua dos recursos naturais e consequente esgotamento das condições materiais do planeta.

A crise ambiental, entretanto, não surgiu no século XXI, apesar de estar recebendo mais atenção nessas três últimas décadas. A exploração excessiva da natureza começa de forma significativa no período da Revolução Industrial. O desenvolvimento do setor industrial foi fundamental para o desenvolvimento econômico dos países, no entanto, se intensificaram uma exploração irracional dos recursos naturais com o fim de abastecer as grandes indústrias de matéria prima promovendo, com isso, profundas alterações entre as relações do ser humano com a mesma natureza.

Para Freitas et. al. (2012), “as mudanças ocorridas no decorrer do século XVIII, com a consolidação do modo de produção capitalista, acarretaram profundas alterações na relação do ser humano com a natureza”. Com o aumento das indústrias tivemos um processo de urbanização acelerado, ocasionando uma série de problemas sociais e ambientais, por exemplo, o acúmulo de lixo urbano, que não se dá apenas pelo aumento da população causado pela urbanização, mas também pelo consumismo dessa mesma população.

Diante dessa situação, ou seja, a partir da Revolução Industrial, com a consolidação e mundialização do atual sistema socioeconômico voltado para a produção e acumulação constante de riquezas, as relações entre o ser humano e a natureza passam a ser, cada vez em maior grau, uma relação de dominação, seja do ser humano pelo ser humano ou do ser humano pela natureza. Assim, no âmbito da industrialização e da urbanização, a natureza, ao tornar-se útil economicamente, passou a ser vista como mercadoria, como recurso meramente produtivo.

Essa forma como o ser humano se relaciona com a natureza, provoca profundas consequências e alterações negativas sobre o meio natural e para a própria vida humana. Ao observarmos o impacto da sociedade sobre a natureza, claramente percebemos que o agravamento dos impactos ambientais tem sido gradativamente mais intenso.

Capra (2005), comenta sobre esses impactos ambientais, referindo-se a eles como o “custo ambiental da nova economia”. Para o autor, “a busca de um crescimento econômico contínuo e indiferenciado – é claramente insustentável, pois a expansão ilimitada num planeta finito só pode levar à catástrofe” (CAPRA, 2005, p.157). Utilizando a ilustração realizada por Edward Goldsmith, criador da revista *The Ecologist*, para ilustrar o impacto ambiental que a globalização gerou na Coreia do Sul e em Taiwan, Capra (2005) expõe as consequências das relações de poder do ser humano sobre a natureza. O autor relata que, na década de 90, estes dois países registraram taxas de crescimento extraordinárias, no entanto, os danos ambientais foram na mesma medida arrasadores: a poluição de grandes rios pelos venenos usados na agricultura e na indústria; o aumento do nível de poluição do ar,

associado ao crescimento no número de casos de câncer e de hepatite, entre outras consequências.

Podemos dizer que esses não são exemplos isolados. Não é necessária uma pesquisa muito aprofundada para verificarmos que a globalização econômica está agravando a nossa relação com o ambiente e levando a uma destruição que afeta e incide sobre todos os ecossistemas. Boff (2016, p.26-32) relaciona alguns exemplos da destruição ambiental:

- a poluição das águas e do solo, que afetam a qualidade e a escassez da água, a geração de alimento, e a qualidade produtiva;
- a escassez e possível esgotamento de recursos naturais necessários para a sobrevivência (água, solo, nutrientes, plantas, florestas, petróleo, gás);
- a redução da biodiversidade ou da diversidade biológica, que diz respeito às espécies animais e vegetais, de fungos e microrganismos;
- o desmatamento;
- o acúmulo de resíduos industriais sem atenção adequada à gestão dos mesmos;
- a redução da camada de ozônio; a concentração excessiva de dióxido de carbono na atmosfera (e outros gases de efeito estufa, como os nitritos e metano);
- o aquecimento global e os eventos que o sucedem como o aumento do nível do mar e as enchentes, as secas, os tufões, tsunamis, terremotos, a fome, a emigração da população, os commodities e a disputa por espaços e recursos.

Percebemos, portanto, que a lógica do sistema econômico vigente não é a de respeito com a natureza nem a de preocupação com a preservação do planeta, mas sim de especulação, de exploração, de acumulação e de dominação, fórmulas estas que levaram e vêm agravando essa anunciada grande crise ambiental. A industrialização foi, e ainda é, um processo que serviu para o desenvolvimento urbano da população mundial, no entanto, seus impactos resultantes do tão sonhado desenvolvimento, trouxeram consigo inúmeros problemas ambientais que vêm afetando as condições de vida dos seres humanos, conforme mencionamos anteriormente.

A situação atual se encontra, social e ecologicamente, tão degradada que a continuidade da forma de habitar a Terra, de produzir, de distribuir e de consumir, desenvolvida nos últimos séculos, não nos

oferece condições de salvar a nossa civilização e, talvez, a própria espécie humana; daí que imperiosamente se impõe um novo começo, com novos conceitos, novas visões e novos sonhos, não excluídos os instrumentos científicos e técnicos indispensáveis; trata-se, sem mais nem menos, de refundar o pacto social entre os humanos e o pacto natural com a natureza e a Mãe Terra (BOFF, 2016, p.15).

Em conformidade com estas ideias, Nogueira (2019), ao analisar o desenvolvimento sustentável no contexto das forças produtivas contemporâneas e as relações de produção, apresenta alguns dados que mostram os “limites da natureza” e alerta: “Com dados tão consistentes sobre os limites do nosso planeta, uma nova maneira de pensar e alcançar uma transformação das práticas da humanidade em relação à natureza é uma necessidade premente” (NOGUEIRA, 2019, p. 132, tradução nossa). O autor fala sobre uma nova maneira do ser humano se relacionar com a natureza e com os sujeitos, que seja compatível com os limites do planeta e propõe que haja um novo paradigma das relações de produção, que se concentram em uma dinâmica de produção direcionada às necessidades humanas básicas, e não às necessidades do mercado.

Segundo Boff (2014, p. 134), “para cuidar do planeta precisamos todos passar por uma alfabetização ecológica e rever nossos hábitos de consumo”. O autor, ao falar sobre viver e conviver com responsabilidade ambiental, detalha as várias relações sociais entre a sociedade e a natureza, denominadas “concretizações do cuidado”: o cuidado com a Terra, com a sociedade sustentável, com o outro, com o nosso corpo, com o nosso espírito.

Hoje, na crise do projeto humano, sentimos a falta clamorosa de cuidado em toda parte. Suas ressonâncias negativas se mostram pela má qualidade de vida, pela penalização da maioria empobrecida da humanidade, pela degradação ecológica e pela exaltação exacerbada da violência (BOFF, 2014, p.191).

No debate sobre a superação da “crise civilizacional generalizada” em que nos encontramos, mais do que uma mudança comportamental, o autor também propõe um novo modo de relação com a natureza, uma relação de cuidado e respeito, onde o bem-estar de toda a sociedade seja o principal interesse.

É evidente que as relações existentes entre sociedade e natureza nem sempre são equilibradas. As formas pelas quais o ser humano transforma o meio natural, se apropriando do mesmo para o seu desenvolvimento, ocorrem sempre de forma intensa, transformando o espaço geográfico e interferindo nas dinâmicas sociais cada vez de forma mais complexa. Além dos autores citados anteriormente, para Porto-Gonçalves (2004) também uma nova relação entre sociedade e natureza significa desejar uma outra cultura.

Não há limites imperativos a relação das sociedades com a natureza. Esses limites, necessariamente, deverão de ser construídos entre os homens e mulheres de carne e osso, por meio do diálogo de saberes entre modalidades distintas de produção de conhecimento, seja no interior de uma mesma cultura, seja entre culturas distintas. A espécie humana haverá de se autolimitar! Os limites são antes de tudo, políticos! (PORTO GONÇALVES, 2004, p. 36).

Percebe-se assim, que a permanência da vida humana está diretamente ligada à como utilizamos os recursos naturais. No entanto, isso atualmente tem acontecido de forma inadequada e abusiva, ocasionando a escassez de recursos ambientais e resultando no comprometimento do equilíbrio da vida na Terra. Diante desse quadro, a conscientização e a EA passaram a ser uma necessidade. É indispensável que a população tenha consciência ambiental e, para tanto, se faz necessário educar para encontrarmos formas condizentes ao que o planeta pode nos oferecer.

3 Corpo, meio ambiente e corporeidade

Como descrito anteriormente, a visão utilitária do meio ambiente, somado ao antropocentrismo presente nessa relação de domínio do ser humano sobre a natureza e, ainda, os padrões de produção e consumo existentes hoje em nossa sociedade, acarretaram diversos desequilíbrios e a consequente crise ambiental que atualmente nos encontramos.

Nesse cenário, a reconexão do ser humano com a natureza é fundamental. Afinal, o ser humano faz parte do meio em que vive, não é apenas aquele que atua sobre ele e sim é interdependente dele. Sua ação sobre a natureza, que em muitas vezes é devastadora, terá consequências, muitas vezes

irreversíveis, não apenas na própria natureza, mas em si mesmo. É necessário olhar a natureza como olhamos o nosso corpo, pois nosso corpo nada mais é do que o primeiro meio ambiente em que vivemos e, ao mesmo tempo, o reflexo do lugar onde vivemos.

Nosso corpo é diretamente afetado pelo ambiente onde nos encontramos. Se é indiscutível o fato de que o meio ambiente está em crise e passa por uma série de problemas, é verdade também que nós, que integramos esse meio ambiente, estamos também experimentando esse mal-estar em nosso corpo tanto no âmbito físico quanto no psíquico. A lógica é muito simples: se estamos em um ambiente agradável e sadio, sentimos e experimentamos o mesmo no âmbito corporal. Afetamos o meio ambiente e somos afetados por ele. Nosso corpo é testemunha real disso (CARVALHO, 2011, p.12).

Para compreender melhor essa relação do corpo com o meio ambiente, inicialmente precisamos esclarecer que aqui não nos referimos apenas ao corpo como um organismo, mas às diferentes dimensões do corpo: o corpo biológico ou orgânico, o corpo fisiológico, o corpo psíquico, o corpo linguagem, o corpo social, o corpo cultural. Ao considerarmos as diferentes dimensões corporais inter-relacionadas não reduzimos o corpo somente ao orgânico e compreenderemos melhor como ele se constrói, se sustenta e se relaciona com outros corpos e com o meio ambiente.

Para Sanchez (2011) essas diferentes dimensões corporais inter-relacionadas podem ser chamadas de dimensões ecológicas. O autor parte de dois pressupostos para pensar em uma ecologia do corpo: de que o ser humano é essencialmente um ser social, ou seja, nasce para viver em sociedade; e de que o ser humano é determinado por sua estrutura, que permite e ao mesmo tempo limita as diferentes formas das relações com o meio externo, modificando-se a si e ao próprio meio nesse processo de interação consigo, com o outro e com o meio.

Diante dessas diferentes dimensões corporais e da compreensão de que a relação do corpo com o meio transcende a relação orgânica, encontramos o termo corporeidade. Esse termo é utilizado para determinar o corpo como instrumento relacional com o mundo, compreendendo o corpo integral e

todas as suas dimensões citadas anteriormente, incluindo ainda as suas dimensões simbólicas.

O corpo pode ser visto como um ecossistema que mantém seu equilíbrio dinâmico interno, homeostase, por meio de trocas dinâmicas de matéria e energia com o meio em que se relaciona. Na dimensão humana, essas trocas não são apenas materiais, mas são também simbólicas, linguísticas, ou seja, assumem outras possibilidades e tecem redes de relações entre seres humanos baseadas em redes de conversação. Em outras palavras, na linguagem, tornamo-nos sociais e, na sociabilidade, estabelecemos nossas redes de trocas simbólicas ou materiais que são redes ecológicas, pois transferimos matérias e energias, seja na forma psíquica, simbólica ou material. E, nesta dimensão, nossa corporeidade assume-se como um ecossistema (SANCHEZ, 2011, p.43).

Nosso corpo possui, portanto, historicidade. O autor ainda destaca as experiências culturais como possibilidades de experimentação da corporeidade com o meio. Com o corpo o ser humano estabelece relações sociais e culturais, e é nas interações com a cultura que se tornará consciente de sua corporeidade.

Somos seres humanos relacionais e a formação da nossa corporeidade está diretamente ligada com as relações sociais, culturais, educacionais e políticas que tecemos no mundo. O mesmo mundo em que nos relacionamos, produzimos nossa história e nossa cultura. A mesma história e cultura que ao construir nos constrói e nos modifica.

O corpo é a representação física, cognitiva, emocional, cultural e social da existência e em função dele tudo a sua volta é afetado de alguma forma por ele e até mesmo quando opta pelo silêncio. É a dimensão ontológica do humano que se relaciona com o mundo interferindo e também sendo interferido por meio de relações com a vida (MEDINA, 2017, p.6460).

Catalão (2011) compartilha dessa percepção de relação do ser humano com o meio, que ser humano produz o ambiente e é produzido por ele. Para a autora as relações entre os seres humanos são mediadas pelo meio ambiente e as mudanças pelas quais o ser humano passa depende de sua relação com o meio e “o conhecimento emerge do corpo como uma unidade em ação: de pensar, de amar, de andar, de sentir, de prever” (CATALÃO, 2011, p. 80).

Observamos até o momento, que a corporeidade é o estudo da relação do corpo com o mundo, ou seja, o corpo é reconhecido como elemento central das relações individuais, sociais, biológicas e culturais do ser humano com o meio ambiente e sua sociedade. O corpo, para além dos seus aspectos biológicos, funcionais e estruturais, que denotam a visão instrumental de corpo, é linguagem, é produtor de conhecimentos e de pensamentos, é local de educação, de experiências e estésias, ou seja, o corpo tem a capacidade, ou a sensibilidade, de compreender a vida e o conhecimento.

A partir da compreensão do corpo em sua complexidade é que poderemos nos afastar da visão dualista mente-corpo, presente durante muito tempo ao tratar as questões do corpo. A divisão, ou dicotomia, entre mente e corpo tem sido discutida ao longo da história. René Descartes, no século XVII, afirmou que há separação total entre a mente e o corpo pois estes são formados por substâncias distintas. A ideia cartesiana de uma mente separada do corpo consiste na “separação das operações mais refinadas da mente, para um lado, e da estrutura e funcionamento do organismo biológico, para o outro” (DAMÁSIO, 1998, p.258).

Nessa perspectiva, segundo Gonçalves (2012), Descartes, ao dividir o ser-humano em mente e corpo, fragmenta o ser-humano, o que teve como consequência o estudo separado dos fatos psíquicos e fisiológicosiii. Segundo a autora, apenas com Hegel nos séculos XVIII e XIX a filosofia voltou-se para o ser-humano em sua totalidade: “no trabalho, corpo e espírito cooperam para a humanização do ser-humano” (GONÇALVES, 2012, p.56).

A partir dessa nova dimensão apontada por Hegel, surgiram pensadores que buscam romper com essa ideia cartesiana que separa mente e corpo. É no sentido da superação dessa visão dualista mente-corpo que o nosso entendimento do corpo considera todas as suas dimensões: biológica, física, intelectual, social, ética e cultural. Neste aspecto, Freire (2011), entende que:

Corpo e mente devem ser entendidos como componentes que integram um único organismo. Ambos devem ter assento na escola, não um (a mente) para aprender e o outro (o corpo) para transportar, mas ambos para se emancipar. Por causa dessa concepção de que a escola só deve mobilizar a mente, o corpo fica reduzido a um estorvo

que, quanto mais quieto estiver, menos atrapalhará (FREIRE, 2011, p.9).

Essa compreensão do corpo em sua totalidade, nos leva para a corporeidade citada anteriormente: as relações e interações que estabelecemos com o outro e com o meio. E é a partir dessas relações e interações que nos construímos como seres humanos. Como sugere Merleau-Ponty (1999, p. 317), “o corpo, enquanto tem ‘condutas’, é este estranho objeto que utiliza suas próprias partes como simbólica geral do mundo, e através do qual, por conseguinte, podemos ‘frequentar’ este mundo, ‘compreendê-lo’ e encontrar uma significação para ele”.

O ser humano é um ser de relações. Nos relacionamos socialmente, culturalmente e politicamente. Se é através das relações e das interações com o mundo que nos constituímos, é através das relações e interações que transformamos o mundo e somos transformados por ele. Também construímos e somos construídos por nosso corpo, é através do corpo e de suas relações e interações com o outro e com o meio que ocorre a educação. O corpo, segundo Merleau-Ponty (1999, p. 315), “[...] é a textura comum de todos os objetos e é, pelo menos em relação ao mundo percebido, o instrumento geral de minha compreensão. É ele que dá um sentido não apenas ao objeto natural, mas ainda a objetos culturais como as palavras”.

4 Corporeidade e Educação Ambiental: algumas aproximações

Com o processo de industrialização e urbanização, e os consequentes resultados negativos no meio ambiente apresentados anteriormente, surge também a percepção de que a EA se faz necessária. Estabelecer relações racionais com a natureza, significa reconhecer que o ser humano depende do meio ambiente para sua sobrevivência. No entanto, a necessidade de um uso racional dos recursos naturais existentes, além de se caracterizar como a base das relações entre sociedade e natureza, é também um desafio.

Debater sobre uma nova relação entre sociedade e natureza significa abordar a relação entre sociedade, meio ambiente e educação. Envolve refletir sobre uma perspectiva pedagógica de uma EA que seja transformadora e contra hegemônica, com ações político pedagógicas que promovam mudanças paradigmáticas significativas e comprometidas com as questões sociais e ambientais. Esse tipo de educação visa que o ser humano seja crítico e reflita sobre sua relação com o outro e com a natureza, portanto exige transformações profundas nas relações entre sociedade e meio ambiente.

Buscando compreender essas transformações necessárias, recorremos a Layrargues (2014) que afirma que,

É inescapável também a convicção de que seja possível reconfigurar, reconstituir, refazer essa realidade. Se o mundo atual é fruto de uma construção histórica e que se mantém à custa de mecanismos ideológicos de reprodução social, então é possível crer na possibilidade de se alterar o rumo e a regra das coisas (LAYRARGUES, 2014, p. 9).

Para se alterar essa realidade, repleta de conflitos socioambientais, a educação configura-se como elemento determinante. O papel da educação, neste sentido, seria o de contribuir para a formação de uma consciência coletiva de que somos responsáveis pelo ambiente no qual estamos inseridos, e que nossas relações com ele geram consequências diretas e indiretas em nosso entorno. Mas o que se entende por EA?

A Lei no 9795/1999, que trata da Política Nacional de Educação Ambiental, define a EA da seguinte forma:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Embora a citada lei contribua para a institucionalização legal da EA enquanto instrumento jurídico de proteção ambiental e tente despertar no cidadão o interesse na preservação do meio ambiente, um olhar sem aprofundamento no conceito apresentado, reforça o senso comum de que EA seria apenas o cuidado com o meio ambiente.

Senso comum pois não considera as dimensões econômicas, políticas, culturais, corporais e sociais da questão ambiental, e por não situar a EA com perspectivas contra hegemônicas.

Avançando no esforço de compreender as transformações necessárias nas relações entre sociedade, meio ambiente educação, encontramos diferentes perspectivas que orientam práticas de EA. Loureiro (2003) traz um importante esclarecimento sobre o que é uma educação transformadora, apontando dois eixos da educação como vetor de transformação: um conservador e outro revolucionário e emancipatório.

Para o autor, o eixo conservador, ao reproduzir a ideologia hegemônica, promove apenas mudanças superficiais de caráter cultural e comportamental, não superando, portanto, o atual modelo civilizatório e as relações de poder e dominação entre sociedade e natureza. Nesse aspecto, o autor considera que o eixo conservador apresenta uma “conotação (pseudo) transformadora da Educação vigente hegemônica” (LOUREIRO, 2003, p.38).

Por outro lado, ao falar sobre a educação transformadora, no enfoque do eixo revolucionário e emancipatório, o autor afirma que

(...) pode ser realmente chamado de Educação Transformadora, em que a dialética forma e conteúdo se realiza plenamente, de tal maneira que as alterações da atividade humana implicam em mudanças radicais individuais e coletivas, locais e globais, estruturais e conjunturais, econômicas e político-sociais, psicológicas e culturais; em que o sentido de revolucionar se concretiza como sendo a transformação integral do ser e das condições materiais e objetivas de existência (LOUREIRO, 2003, p. 39).

Dentro desta abordagem transformadora e também emancipatória proposta por Loureiro (2003), a abordagem das questões ambientais é realizada não de forma a privilegiar ações pontuais e descontextualizadas. O processo de ensino-aprendizagem subsidiado no diálogo, no pensamento crítico e na práxis não se limita ao que é habitualmente convencional nas escolas, mas discute, problematiza e incorpora práticas significativas, indispensável à emancipação socioambiental.

Ao pensarmos em currículo na Educação Básica devemos pensar em um documento que oriente a

ação educativa e auxilie no processo de desenvolvimento crítico do aluno considerando seu caráter político e social e não meramente objetivos, métodos e conteúdos que possibilitem o desenvolvimento dos saberes escolares dentro de suas disciplinas específicas.

Compreendemos que cabe à escola oferecer meios para que cada aluno se aproprie de conhecimentos, habilidades, valores e comportamentos em uma atividade educativa que contribua para formar educandos livres, sujeitos das suas próprias histórias. Entre os valores trabalhados pela escola encontram-se os valores socioambientais, destacados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e pela lei de nº 9.795/1999 que institui a EA como componente da educação nacional.

O artigo 225 da Constituição Federal institui que é competência do poder público “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988). Para Guimarães (2016), a abertura dada a EA pela Constituição Federal, favoreceu sua institucionalização.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina que esta perspectiva de Educação seja considerada uma diretriz para os conteúdos curriculares da Educação Fundamental. Desta forma o Ministério da Educação e desportos (MEC) elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) no qual o meio ambiente (Educação Ambiental) é apresentado como tema transversal para todo o currículo, tratado de forma articulada entre as diversas áreas do conhecimento, de forma a impregnar toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, criando uma visão global e abrangente da questão ambiental (GUIMARÃES, 2016, p.13)

O currículo proposto pelos PCNs apresenta um conteúdo mínimo a ser desenvolvido na educação básica, e aponta também para a importância de discutir, na escola e na sala de aula, questões da sociedade brasileira, como as ligadas à Ética, Saúde, Meio Ambiente, Trabalho e Consumo, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

Segundo o PCN/Brasil (1998), o papel da educação em relação ao meio ambiente é proporcionar para o aluno a possibilidade da construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado. O que requer responsabilidade coletiva e individual, de qualquer sujeito do planeta, interferindo

assim no modo como a sociedade programa suas atitudes e consequentemente suas prioridades no seu cotidiano. Nesse sentido, esta interferência só será possível se houver a construção dos conceitos ambientais, gerando como resultado uma assimilação de valores por parte das pessoas, nesse caso, dos escolares (CANCIGLIERI, 2015, p. 16)

A organização curricular das escolas, de maneira geral, aborda a EA a partir dos PCNs, e de outros dois documentos norteadores da Educação Básica: as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e, mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Tanto os PCNs, as DCNs quanto a BNCC são documentos que orientam as escolas na elaboração de seus currículos, e a EA, em maior ou menor grau em cada um desses documentos, tem sido articulada como tema transversal, de maneira interdisciplinar.

Conforme visto, temos a EA nos PCNs como um dos temas transversais que deve ser contemplado nos currículos escolares, não se limitando à preservação do meio ambiente, mas incorporando os aspectos sociais, econômicos, éticos e políticos, visando a formação de cidadãos conscientes e o desenvolvimento de valores socioambientais em todas as áreas do conhecimento, portanto, de todas as disciplinas.

Percebemos, portanto, que a EA trabalhada na escola seria instrumento para a construção de valores, atitudes e ações positivas ambientalmente. Inclui-se aqui a nossa abordagem do corpo como sendo parte do meio ambiente e consequentemente a dimensão educacional desta abordagem. Neste aspecto Gonçalves (2012, p.13-14), entende que “cada corpo expressa a história acumulada de uma sociedade que nele marca seus valores, suas leis, suas crenças e seus sentimentos, que estão na base da vida social”. Esses valores, atitudes e ações são indispensáveis quando pensamos na relação ser humano – natureza.

Concordamos com Loureiro e Costa (2003, p. 180), quando este afirma que “o corpo é a primeira referência que as pessoas têm de mundo” e que para se trabalhar conceitos de EA é necessário primeiramente conhecer a si mesmo, retornar ao próprio corpo. Nesse sentido, percebemos que a educação ocorre através das experiências vivenciadas por meio das relações e das percepções do próprio corpo, visto que é no corpo que iniciam

as aquisições orgânicas, cognitivas, psicomotoras e afetivas.

Como já citado anteriormente, na sociedade moderna, a partir da Revolução Industrial e a produção em massa, o estilo de vida caracterizado por padrões de produção e consumo acabou por gerar uma sociedade individualista e hiperconsumista e a natureza objeto de exploração. Repensar o corpo e sua relação com o consumismo exacerbado, por exemplo, é compreender a coexistência e corresponsabilidade do ser humano e do meio ambiente. É tecer uma relação do ser humano com o meio com valores ético-estéticos.

As ações sociais não podem acontecer externas ao corpo, mas incorporadas e originadas nos sentidos do próprio corpo. Se não se discute as questões, no que se refere às demandas e problemas ambientais como ingredientes na construção humana, os exercícios e as ações de sustentabilidade não se sustentarão nas atitudes e comportamentos do corpo cidadão (MEDINA, 2017, p.6473).

Valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências são os pilares da EA. É por meio da EA que se dá a conscientização sobre a sustentabilidade e que o indivíduo se apropria de conhecimentos sobre preservação e uso dos recursos naturais de maneira equilibrada. Para Daolio (2018, p. 35) “o ser humano que vive, percebe e sente, é o mesmo que também atua no mundo, interagindo com o meio e com os outros, podendo transformar seus sentidos e significados e transformar a sociedade”.

Para Catalão (2011, p.79), é necessário despertar o corpo para ter consciência ecológica, “uma consciência capaz de transformar a nossa relação de uso inconsequente dos recursos naturais em uma relação de sabedoria e uso responsável a partir dos gestos cotidianos.” Essa consciência ecológica, para Layrargues (2012, p. 402) deve ser criada pela EA, “seja por meio do encantamento com a natureza, seja por meio das mudanças de comportamentos individuais diante do consumo e da geração de resíduos.”

Concordamos com Daolio (2013, p.37), quando esse diz que “o homem, através do seu corpo, vai assimilando e se apropriando dos valores, normas e costumes sociais, num processo de inCORPOração”. Observamos anteriormente que o ser humano se constitui através das relações e das interações com o

mundo e, portanto, é através das relações e interações que transformamos o mundo e somos transformados por ele. Também construímos e somos construídos por nosso corpo. Somos, portanto, o nosso corpo. Talvez esta seria a definição de “inCORPOração” utilizada pelo autor.

Acreditamos que é através dessa “inCORPOração” que ocorrem as reflexões que podem levar a mudanças de valores, hábitos, atitudes e comportamentos com responsabilidade ecológica e como forma de reconexão do ser humano com a natureza.

4 Considerações finais

A partir da abordagem que apresentamos aqui, verificamos que a EA envolve uma série de processos para propiciar ao ser humano uma compreensão crítica e global do ambiente, para que adquira valores e conhecimentos necessários para desenvolver atitudes que lhe permitam adotar uma posição em relação à problemática ambiental. Nesse sentido, a EA vem se tornando cada vez mais um instrumento de transformação social essencial para a discussão, em diferentes âmbitos e contextos, das questões ambientais.

A EA constitui um processo de formação importante não apenas para entender a relação do ser humano com a natureza e com o meio ambiente, mas principalmente como espaço para transformação com uma reflexão consciente e sensibilizada dos problemas ambientais e da responsabilidade do ser humano. Com a intensificação das problemáticas ambientais, da EA espera-se, talvez mais do que nunca, um caminho que estimule a consciência ambiental e a cidadania do educando. Em nossas reflexões apontamos para uma EA voltada para a mudança de comportamentos. Compreendemos o corpo com uma centralidade para a construção dessa EA.

Este breve estudo possibilitou uma reflexão sobre a construção da corporeidade, ou seja, é através do corpo e de suas relações e interações com o outro e com o meio, que ocorre a educação. Observamos que para existir educação é necessário

que, durante o processo de aprendizagem, ocorra uma mudança de comportamento. Mas para que ocorra EA efetiva é preciso que o educando incorpore esse comportamento.

Diante desses aspectos, podemos concluir que o corpo é visto como fundamental na apropriação das questões e situações relacionadas ao ambiente, e a estética viabiliza a compreensão dos fatores culturais e sociais, ao analisar as relações do ser humano com o mundo, possibilitando a reflexão de novas atitudes e comportamentos com responsabilidade ecológica.

Referências

- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/art_225_.asp
- BRASIL. Lei 9795. Política Nacional de Educação Ambiental. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm
- CANCIGLIERI, Felipe Gustavo Santos. **Educação Física e Meio Ambiente: Possibilidades para o trabalho escolar**. Jundiaí, Paco Editorial: 2015.
- CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2005.
- CARVALHO, Vilson Sergio. Prefácio. In: 4, Celso. **Ecologia do Corpo**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.
- CATALÃO, Vera Margarida Lessa. A redescoberta do pertencimento à natureza por uma cultura da corporeidade. **Revista Terceiro Incluído**, v.1, n.2, p.74-81, jul./dez./2011.
- DAMÁSIO, Antonio. **O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano**. São Paulo: Schwarcz, 1998.
- DAOLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo**. Campinas: Papirus, 2013.
- DAOLIO, Jocimar. **Educação física e o conceito de cultura** [livro eletrônico]. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2018.
- FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física**. São Paulo: Scipione, 2011.
- FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NÉLSIS, Camila Magalhães; NUNES, Letícia Soares. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2012.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- GONÇALVES, Maria Augusta Salin. **Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação**. 15. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- GUIMARÃES, Mauro. Por uma educação ambiental crítica na sociedade atual. **Revista Margens Interdisciplinar**, v. 7, n. 9, p. 11-22, maio 2016.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. Para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v.7, n. 14, p.398-421, agosto/dezembro, 2012.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. Prefácio: A dimensão freireana na Educação Ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; TORRES, Juliana Rezende **Educação Ambiental: dialogando com Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 2014.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Revista Ambiente e Educação**, Rio Grande, v. 8, n. 1, p. 37-54, 2003.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; COSTA, Samira Lima. Educação Ambiental, corpo e sociedade: tecendo relações. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 38, p.173-192, dez. 2003.
- MEDINA, Alice Maria Corrêa. O corpo ambiental. In: EDUCERE - XIV CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 2017. **Anais eletrônicos...** Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23500_11700.pdf
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- NOGUEIRA, Christiano. Contradictions in the concept of sustainable development: An analysis in social, economic, and political contexts. **Environmental Development**. v. 30, p. 129-135, jun. de 2019.
- PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SANCHEZ, Celso. **Ecologia do Corpo**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

ⁱ “With such consistent data about the limits of our planet, a new way of thinking and achieving a transformation of the practices of humanity in relation to nature is a pressing need”.

ⁱⁱ A ideia de que todo ser vivo é determinado por sua estrutura nos remete ao termo “autopoiese” criado na década de 1970 pelos biólogos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela para designar a capacidade dos seres vivos de produzirem a si próprios. “Os biólogos Humberto Maturana e Francisco Varela trazem para discussão o princípio da autopoiesis, ou seja da capacidade dos organismos recriarem-se continuamente. Essa capacidade de autocriação é o núcleo biológico da dinâmica constitutiva dos seres vivos. Os seres vivos recriam-se, constantemente (aprendem) em relação interativa com o meio” (CATALÃO, 2011, p.79).

ⁱⁱⁱ “Essa separação se faz sentir na Educação Física até os nossos dias, tanto na sua prática pedagógica como nas ciências que a embasam. Estas últimas se constituem em campos estanques, que não se intercomunicam; cada uma trata do corpo sob sua perspectiva, como se esta fosse absoluta, ignorando a globalidade do homem” (GONÇALVES, 2012, p. 51).

^{iv} A proposta da BNCC elaborada pelo Ministério da Educação (MEC) foi entregue ao Conselho Nacional de Educação (CNE) no dia 6 de abril de 2017, que analisou o documento e solicitou ajustes a partir de contribuições recebidas no âmbito de audiências públicas. Em 22 de dezembro de 2017 foi publicada a Resolução CNE/CP nº 2, que institui e orienta a implantação da BNCC na Educação Infantil no Ensino Fundamental.